



ANPEGE

Associação Nacional  
de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA  
**GEOGRAFIAS NEGRAS**

REVISTA DA

**AN  
PE  
GE**

ISSN 1679-768X

VOLUME

**19**

N. 38 (2023)



REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº . 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

# DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL: SÍNTESE DE INDICADORES (IBGE, 2019)

*Desigualdades raciales en Brasil:  
resumen de indicadores  
(IBGE, 2019)*

*Racial inequalities in Brazil:  
summary of indicators  
(IBGE, 2019)*



**ANTÔNIA MARIA NASCIMENTO SILVA**

Universidade Federal de Jataí

**MARIA JOSÉ RODRIGUES**

Universidade Federal de Jataí (UFJ)

**Resumo:** O período escravocrata, que fez parte do processo de formação socioeconômica do Brasil, utilizou-se da mão de obra de negros africanos para produzir riquezas, o que deixou marcas profundas na sociedade e uma grande desigualdade entre negros e brancos. Após a abolição da escravidão, embora nenhuma forma de segregação por via de lei tenha sido imposta, os ex-escravizados tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente. Para realização desta pesquisa, foi feita a análise dos dados de cor/raça disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e uma revisão bibliográfica. Por meio dos indicadores apresentados neste artigo, foi possível perceber que a população negra (população de cor ou raça preta e parda) possui severas desvantagens em relação à população branca no que diz respeito a trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política.

**Palavras-chave:** segregação, população negra, desigualdades raciais.

**Abstract:** The period of slavery, which was part of the process of socioeconomic formation in Brazil, used the labor of black Africans to produce wealth, which left deep marks on society and a great inequality between blacks and whites. After the abolition of slavery, although no form of segregation by law was imposed, the former enslaved became, in general, marginalized in relation to the current economic system. In order to carry out this research, the analysis of color/race data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and a bibliographic review were carried out. Through the indicators presented in this article, it was possible to perceive that the black population (population of color or black and brown race) has severe disadvantages in relation to the white population, with regard to work, income distribution and housing conditions, education, violence and political representation.

**Keywords:** segregation, black population, racial inequalities.

**Resumen:** El período de la esclavitud, que fue parte del proceso de formación socioeconómica de Brasil, utilizó el trabajo de los negros africanos para producir riqueza, lo que dejó profundas huellas en la sociedad y una gran desigualdad entre negros y blancos. Después de la abolición de la esclavitud, aunque no se impuso ninguna forma de segregación por ley, los antiguos esclavizados quedaron, en general, marginados en relación con el sistema económico vigente. Para llevar a cabo esta investigación, se realizó el análisis de los datos de color/raza proporcionados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y una revisión bibliográfica. A través de los indicadores presentados en este artículo, fue posible percibir que la población negra (población de color o raza negra y parda) presenta severas desventajas en relación a la población blanca, en lo que se refiere al trabajo, distribución del ingreso y condiciones de vivienda, educación, violencia y representación política.

**Palabras clave:** segregación, población negra, desigualdades raciales.



## INTRODUÇÃO

O período escravocrata, que fez parte do processo de formação socioeconômica do Brasil, utilizou-se da mão de obra de negros africanos para produzir riquezas, o que deixou marcas profundas na sociedade e uma grande desigualdade entre negros e brancos.

Após a abolição da escravidão, não foi criada nenhuma medida para reparar os danos causados à população negra, e, desse modo, os ex-escravizados tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente (Heringer, 2002). Esse processo impulsionou a periferação dessa população, fazendo com que comesse a viver nas áreas afastadas dos centros, e isso é resultado do intenso preconceito racial ao qual eram expostos e, também, pelo fato de terem sido excluídos social e geograficamente, o que disseminou os cortiços e as favelas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2019), os negros hoje representam a maior parte da população. São 56,10% da população brasileira, sendo que 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos, no entanto, ainda há um crescimento contínuo da vulnerabilidade socioeconômica dessa parcela da população. Segundo Masten e Garmezy (1985), a vulnerabilidade é uma tendência às consequências negativas em caso de risco, ou seja, a população não consegue ter poder de resiliência ou mitigação suficiente em relação a um risco.

Partindo desses dados, nota-se que há uma grande necessidade em se discutir sobre a desigualdade racial no Brasil para que se possa criar políticas públicas de ações afirmativas para mitigar essas desigualdades e garantir uma igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de acesso aos serviços básicos garantidos na Constituição Federal (educação, saúde, moradia, segurança pública, entre outros).

Para a realização desta pesquisa, foi feita a análise dos dados de cor/raça disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e uma revisão bibliográfica, na qual foram utilizadas obras disponibilizadas no site do Laboratório de Geografia Urbana e da Saúde (REGGEO), da Universidade Federal de Jataí (UFJ), além de artigos científicos disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na biblioteca digital da Scientific Electronic Library Online (SciELO). O objetivo desta pesquisa é contribuir com as discussões sobre a segregação e as desigualdades raciais presentes no Brasil, bem como ser uma fonte de informações para a construção de políticas públicas.

### Segregação e desigualdades raciais no Brasil

O espaço urbano brasileiro tem como principal característica sua fragmentação, ou seja, é constituído por áreas diferentes entre si, no que diz respeito à paisagem, ao conteúdo econômico e social. A segregação socioespacial, por exemplo, é um dos processos que são constituídos a partir da construção de áreas fragmentadas.

Em um primeiro sentido, a segregação socioespacial pode ser definida como a divisão social do espaço, que implica no isolamento de uma parcela da população. A mesma deve ser entendida como um “processo da sociedade capitalista que acirra, a cada momento da história, as tensões sociais” (Roma, 2008, p. 31).

Para Tineu e Borges (2016), o conceito de segregação implica na ideia de isolamento, o que nos remete aos guetos ou morros, ou seja, quando uma determinada população de menor poder social é isolada involuntariamente por imposição de forças sociais dominantes. “A segregação, por parte de quem a pratica, com o sentido de isolar-se, a autosegregação, pode ser entendida como um ato consciente, intencional e voluntário e que ocorre em condomínios fechados norte-americanos e brasileiros” (TINEU; BORGES, 2016, p. 3). Em outro sentido, pode significar também a desigualdade de acessos, que influencia no acesso às políticas públicas ou condições de vida em geral.

Se partirmos da concepção do espaço geográfico como um produto social, o mesmo passa a abrigar agentes responsáveis pela reprodução do capital. Isso nos remete “a pensar a segregação urbana como conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital como sentido último da reprodução social” (Alvarez, 2013, p. 113).

De acordo com Alvarez (2013), mesmo o espaço sendo produzido socialmente, sua apropriação é privada, ou seja, para ter acesso a um “pedaço”, é preciso “pagar por ele”. Desse modo, a “segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços”.

Cria-se, então, uma divisão social do espaço, na qual existem áreas que possuem uma certa similaridade interna e com características bem diferentes entre elas. Nesse contexto, variáveis como renda, ocupação, instrução, fecundidade, faixa etária e qualidade da habitação definem cada área. Desse modo, pode-se perceber quais áreas são habitadas por ricos e brancos, e as áreas que são habitadas por pobres e negros, pois nessa última visão há uma sobreposição entre pobreza e cor da pele.

Toda a exclusão histórica sofrida pela população negra no pós-abolição ocasionou uma série de problemas, e a segregação é um desses problemas, fazendo com que em vários casos o negro ocupasse espaços diferentes na cidade, fato que está ligado a questões econômicas e também à segregação racial recorrente no século presente na sociedade brasileira no final dos séculos XIX e XX.

A segregação racial tem consequências importantes no desenvolvimento da comunidade afro-brasileira e na sua participação na sociedade brasileira. A segregação geralmente se traduz em desigualdades no acesso ao mercado de trabalho e de consumo, os mercados tendem a se localizar dentro ou perto dos bairros de brancos de classe média (ou da classe trabalhadora), assim como também no acesso às escolas, hospitais e à proteção policial e do corpo de bombeiros. Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo, inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e interclasses são reduzidas. (Telles, 2003, p. 179).

Marques (2005, p. 42-45) afirma que a segregação socioespacial resulta em uma menor sociabilidade dos indivíduos que vivem na periferia, reduzindo assim sua rede de contatos e limitando as oportunidades de emprego a outros grupos de pessoas, a espaços físicos e sociais da metrópole; o que restringe ainda mais as oportunidades de mobilidade social, que os mantém na pobreza e vulnerabilidade. Essa segregação também reduziu o sentimento de pertença desses jovens pobres da periferia. É pior quando ele é negro, porque ele começa a sofrer de outros tipos de discriminação que vão além do status econômico e do local de residência. Para Panta (2018), o que afetou ainda mais essa sociabilidade foi a construção de uma imagem ruim da população negra e dos territórios considerados negros.

A imagem depreciativa dos territórios negros foi intensificada devido: à aglomeração de pessoas, tidas como desclassificadas, que dividiam habitações coletivas da região central; à proximidade excessiva entre aqueles que nem sequer pertenciam ao mesmo núcleo familiar; à densidade de contatos, gestos, linguagem, danças; enfim, a uma série de elementos que conduziam à ideia de promiscuidade, destoante da disciplina, organização e padrões morais dos grupos economicamente mais abastados. (Panta, 2018, p. 59).

De acordo com Tineu e Borges (2016, p. 5), a segregação pode ser descrita em quatro grandes grupos:

a) dinâmica econômica – envolve o mercado de trabalho e a própria estrutura social; b) dinâmica do mercado de terras – determinada pela ação dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia; c) o Estado e suas políticas públicas; d) o ordenamento jurídico brasileiro e a aplicação das leis por parte do Judiciário em relação à sociedade brasileira levando-se em consideração o tradicionalismo, o patrimonialismo, a hierarquia social e o preconceito.

Segundo Panta (2018), o processo de deslocamento em massa de negros para os morros e territórios foi muito violento. Ela afirma que em São Paulo, em uma pesquisa feita por Rolnik (1989),

os grupos sociais com maior poder aquisitivo passaram a abandonar os sobrados localizados no centro da cidade e a se deslocar para espaços com maior privacidade e exclusividade, enquanto os negros se concentravam cada vez mais nos locais desocupados pelos segmentos privilegiados. Eram cômodos e casas coletivas situados na região central ou núcleos próximos à zona rural. Dessa configuração derivaram notáveis núcleos negros, tais como o bairro do Bixiga, originário do quilombo de Saracura. (Rolnik, 1989, p. 4 *apud* Panta, 2018, p. 58).

A segregação está ligada, principalmente, à desigualdade social, visto que a primeira não acontece sem influência da segunda. Para Marques (2005),

a desigualdade social é a existência de características sociais distintas entre os diversos grupos sociais estabelecidos por alguma clivagem contínua ou dicotômica, como nas questões de diferenças salariais entre gênero ou raça, desigualdades que se estabelecem em função do local de moradia ou de trabalho no espaço urbano. A desigualdade das estruturas urbanas pode provocar um efeito cumulativo sobre os grupos sociais que se movimentam no território da metrópole, aprofundando e

cristalizando tais desigualdades. (Marques, 2005, p. 41 – 43 *apud* Tineu; Borges, 2016, p. 7).

Seguindo essa linha, podemos mencionar que um dos principais problemas enfrentados pela população negra no espaço urbano é a desigualdade de acessos. Para Marques (2005), a desigualdade de acesso decorre da relação entre a segregação socioespacial e a pobreza dividida em dois tipos: a) acesso a empregos que geram oportunidades diferenciadas ou estrutura de oportunidades; b) Acesso a políticas públicas que produziram amenidades e serviços característicos da vida urbana que minimizam a vulnerabilidade.

Sobre desigualdade, se analisarmos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se a grande desigualdade entre negros e brancos nas mais diversas áreas.

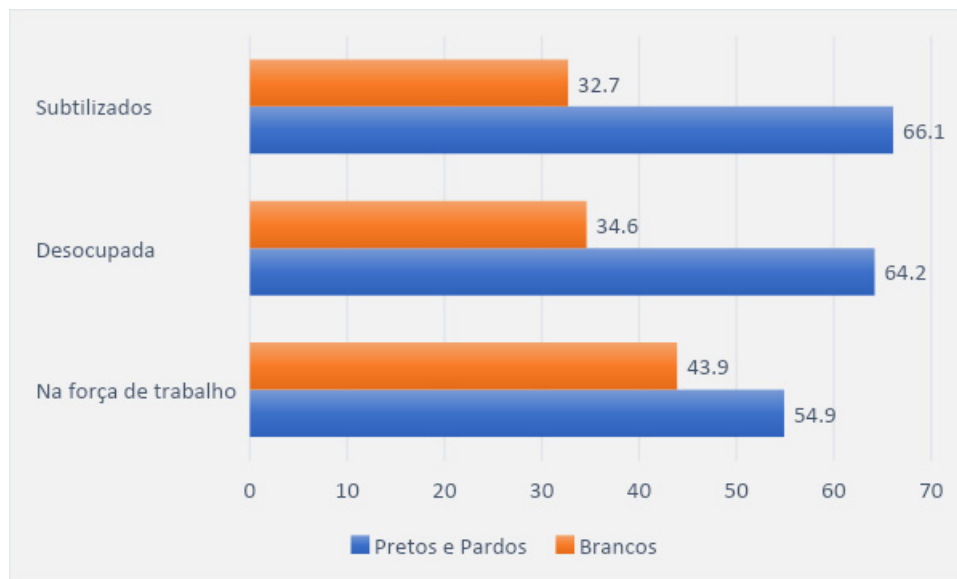
Quando falamos em mercado de trabalho, a população negra (pretos e pardos) constitui a maior parte da força de trabalho no País. No ano de 2018, o número de trabalhadores negros era de 57,7 milhões de pessoas, e da população de cor ou raça branca era de 46,1 milhões, ou seja, o número de trabalhadores negros é 25,2% a mais do que a população de cor ou raça branca. Zucchi (2006) afirma que:

No mercado de trabalho, mesmo com o passar dos anos e independentemente da região do país analisada, os negros apresentam desvantagens em relação aos brancos no que se refere à inserção nas diversas posições de ocupação e nos ramos de atividade. Desse modo, a raça constitui um critério efetivo de distribuição dos indivíduos na hierarquia ocupacional [...], com o negro servindo, na sociedade brasileira, para indicar o pior lugar. Assim, evidencia-se claramente que há empregos que são redutos de brancos e empregos que são redutos de negros. (Zucchi, 2006, p. 22).

Ao analisar os dados sobre a população de desocupados, subocupados e a força de trabalho potencial, que são denominados como subutilizados, as pessoas pretas ou pardas são ainda mais representadas. Na taxa de desocupados, elas somam 64,2%, e dos subutilizados, 66,1% do total.

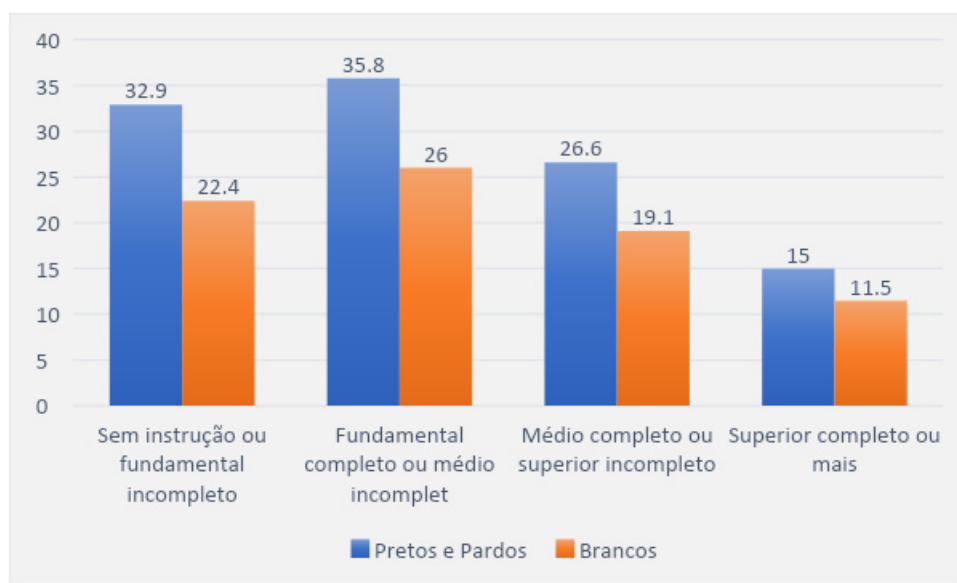
Quando consideramos a subutilização em relação ao nível de instrução, a desvantagem se mantém. De acordo com o IBGE (2019), entre as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, a taxa de subutilização da população de cor ou raça negra, de 32,9%, chega a ser 10,5% maior do que a da população branca (22,4%). Nota-se que a proporção geral de mão de obra subutilizada é maior entre negros, independentemente do nível de instrução; essa diferença é relativamente pequena entre essas pessoas com ensino superior concluído, como apresentado no gráfico 2.

**Gráfico 1 – Brasil: População na força de trabalho, desocupada e subutilizada (%), 2019**



Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

**Gráfico 2 – Brasil: Taxa composta de subutilização, segundo o nível de instrução (%), 2019**



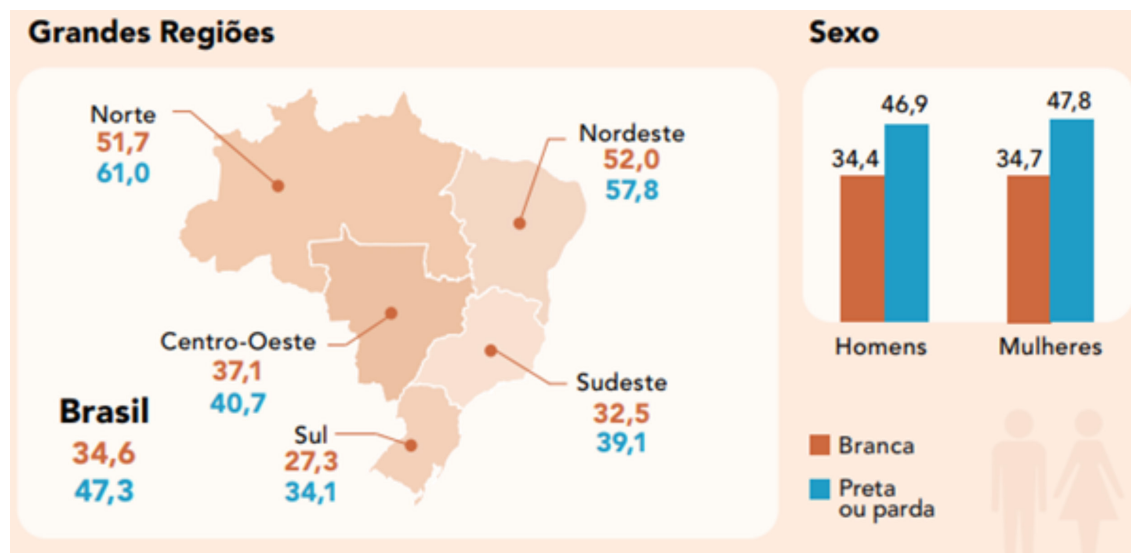
Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

Em 2018, 34,6% dos empregados brancos exerciam atividades informais, enquanto entre pretos ou pardos ou etnias, essa proporção chegava a 47,3%. Ainda em 2016, quando a proporção de ocupações informais atingiu o nível mais baixo, negros, pardos tinham uma maior representação na informalidade entre raças. Naquele ano, as pessoas que trabalhavam na informalidade representavam 39,0% e, entre os pretos ou pardos, essa proporção chegava a 45,6%. “A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à falta de acesso a algum tipo de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como à remuneração pelo salário-mínimo e à aposentadoria” (IBGE, 2019, p. 2).



Neste indicador, os piores resultados são das regiões Norte e Nordeste, especialmente entre pretos ou pardos, a proporção era de aproximadamente 60% em 2018. No entanto, o recorte por gênero não apresentou diferença significativa em pessoas envolvidas em ocupações informais. Os resultados de 2018 mostram que tanto homens quanto mulheres pretos e pardos ainda ocupam uma situação desfavorável.

**Figura 5 – Brasil: Pessoas em ocupações informais (%), 2019**

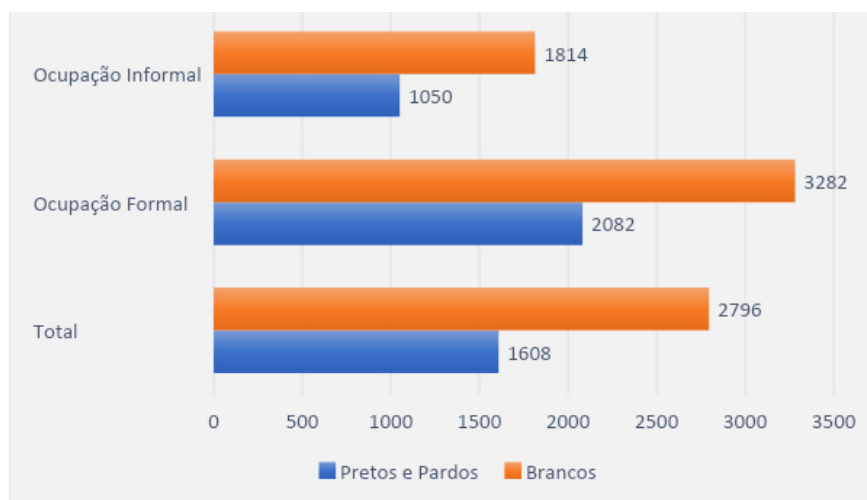


Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

Uma das principais categorias para analisar a desigualdade social é a de rendimento por trabalho. Segundo o IBGE (2019, p. 3), esse quesito “é fundamental na medida em que compõe importante fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo alcançado pelos indivíduos e suas famílias”. Quando analisamos essa categoria, mais uma vez, a população branca tem vantagem sobre as pessoas de cor ou raça negra.

No ano de 2018, a renda média mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796) foi 73,9% superior à das pretas ou pardas (R\$ 1.608). Ao fazer a análise dessa categoria de renda, segundo recorte formal e informal, revela-se que tanto em ocupações formais e informais, pessoas pretas ou pardas recebem menos do que a de cor ou raça branca.

**Gráfico 3** – Brasil: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$/mês), 2019



Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

Outro dado importante a ser considerado é o recorte por sexo e raça. Segundo o IBGE:

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações). (IBGE, 2019, p. 3).

Em relação à ocupação de cargos gerenciais, mesmo a população negra sendo maior do que a população branca, os dados apontam que a proporção nesses cargos mostra significativa maioria de pessoas brancas, sendo 68,6% contra 29,9% em 2018. Tal sub-representatividade em cargos gerenciais ocorre em todas as regiões do País.

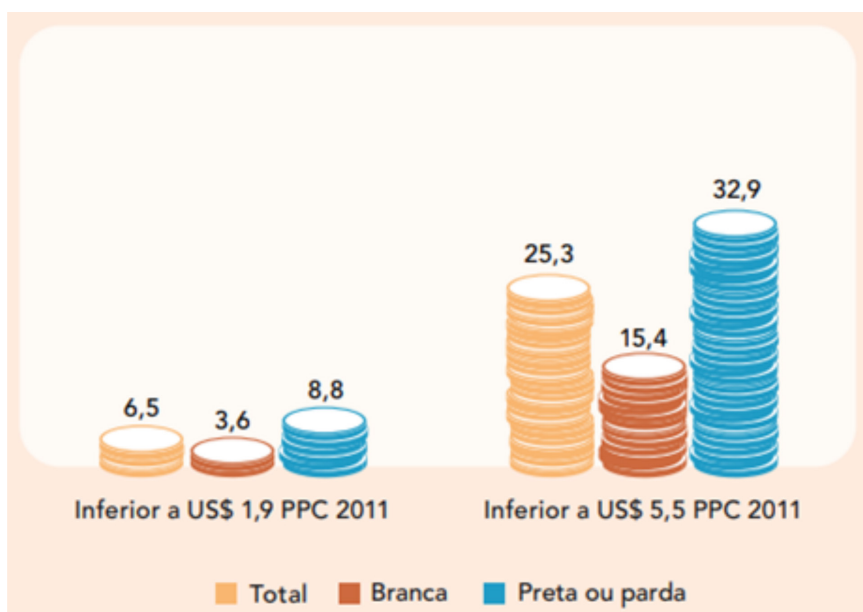
Um fator importante a ser considerado também é a distribuição de renda. O Brasil, de acordo com Barros (*et al.*, 2001), não é um país pobre, mas sim um país que tem muitos habitantes pobres, e isso é resultado da grande desigualdade de renda no País, que é um dos agentes que denominam a pobreza no Brasil. No entanto, a pobreza não ocorre da mesma forma entre negros e brancos, muito pelo contrário, acontece de forma muito diferente, ou seja, a pobreza no Brasil tem cor (Jaccoud; Beghin, 2002).

Ao compararmos o rendimento per capita, de 2018, da população preta e branca, nota-se que também há uma diferença entre os dois grupos. Esse rendimento, em 2018, para a população branca superou em quase duas vezes o da população negra (IBGE, 2019, p. 4). Esse dado se modifica quando trabalhamos com a categoria de rendimento

de pessoas abaixo da linha da pobreza; nesse caso, há uma representação ainda maior da população negra (figura 6).

Em 2018, considerando a linha de US\$ 5,50 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 15,4%, e 32,9% entre as pretas ou pardas. Considerando a linha de US\$ 1,90 diários, a diferença também foi expressiva: enquanto 3,6% das pessoas brancas tinham rendimentos inferiores a esse valor, 8,8% das pessoas pretas ou pardas situavam-se abaixo desse patamar. (IBGE, 2019, p. 5).

**Figura 6** – Brasil: Pessoas com rendimento mensal domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza (%), 2019



Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

Os indicadores educacionais também demonstraram uma diferença bem evidente entre negros e brancos, embora tenha acontecido uma melhora entre 2016 e 2018, em função das políticas públicas de acesso à educação promovidas desde os anos 1990. No entanto, de acordo com Carvalho (2018), as políticas públicas voltadas à população negra ganharam mais força entre 2003 e 2014.

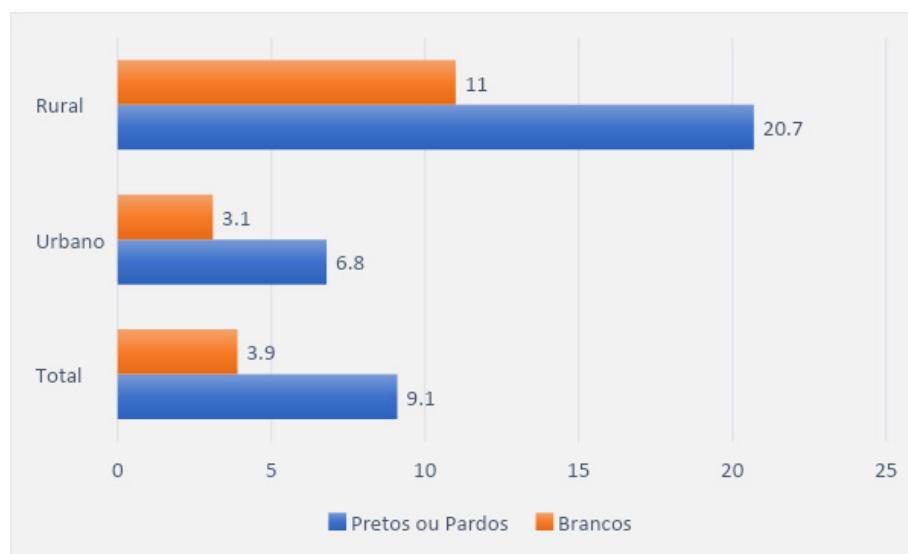
Foram muitas as conquistas relativas às reivindicações históricas do movimento negro nesse momento: a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)<sup>1</sup>; a promulgação da Lei nº 10.639/2003; a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e, em decorrência, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010); a implementação de políticas de ações afirmativas na modalidade cotas nas universidades públicas brasileiras; e a aprovação, de maneira unânime (2012), da constitucionalidade das ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). (Carvalho, 2018, p. 213).

Carvalho (2018) também afirma:

A construção e o estímulo de leis pelo Estado brasileiro no período, visando incluir a população negra brasileira a direitos antes alijados, marcaram uma mudança de rota histórica e necessária para a adoção de políticas antirracistas, sobretudo na área educacional. Tais políticas objetivavam a superação das desigualdades étnico-raciais ainda persistentes no País. (Carvalho, 2018, p. 213).

Mesmo com esses avanços, ainda é perceptível a desigualdade educacional entre pessoas negras e brancas. A taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de cor ou raça preta ou parda diminuiu de 9,8% para 9,1% entre 2016 e 2018. Outro indicador que também apresentou uma melhora foi o de pessoas com 25 anos ou mais com, pelo menos, o ensino médio, que teve um aumento de 37,3% para 40,3%. No entanto, a população branca apresentou indicadores melhores, cuja taxa de analfabetismo é de 3,9%, e a proporção de pessoas com ensino médio completo era de 55,8% em 2018. Por taxa de analfabetismo por situação de domicílio, nota-se uma grande disparidade entre pretos e brancos. Na área urbana, a taxa de analfabetismo entre brancos é de 3,1%, enquanto a de negros é de 6,8%; já na área rural, os dados são mais altos, sendo 11% de brancos e 20,7% entre pretos ou pardos.

**Gráfico 4** – Brasil: Taxa de analfabetismo, segundo a situação do domicílio (%), 2019



Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

Outro indicador que apresentou uma importante melhora entre 2016 e 2018 foi a proporção de estudantes de 18 a 24 anos de idade que estão cursando algum curso superior, que passou de 50,5% para 55,6%. No entanto, as pessoas negras estão em desvantagem se comparado aos resultados da população branca, que atingiu a marca de 78,8% de estudantes da mesma faixa etária no ensino superior. Teixeira e Menezes-Filho (2012) afirmam a importância da escolaridade no Brasil, e como a mesma implica diretamente no retorno salarial, e desse modo esses dados explicam a desigualdade observada em outros indicadores, como o rendimento do trabalho.



Para Ferreira e Veloso (2003), a educação também afeta as futuras gerações de uma família:

Com relação à transmissão intergeracional de educação entre negros (pretos e pardos) e brancos, a menor mobilidade educacional entre os negros está associada à maior probabilidade, nesse grupo, de um filho de pai sem escolaridade permanecer sem escolaridade. Enquanto a probabilidade de um negro, filho de um pai sem escolaridade, permanecer na mesma categoria de educação do pai é cerca de 42%, a probabilidade análoga para brancos é de cerca de 24%. Por outro lado, a manutenção de alta escolaridade é mais elevada entre indivíduos de cor branca; a probabilidade de um filho de pai com ensino superior completo também completar seus estudos universitários é cerca de 40% se o indivíduo é negro e, aproximadamente, 62% para brancos. (Ferreira; Veloso, 2003 *apud* Zucchi, 2006, p. 27-28).

Os crimes violentos também são indicadores preocupantes. A criminalidade dentro dos centros urbanos é um dos aspectos mais preocupantes para a saúde pública. Os crimes violentos, independentemente da motivação, afetam toda a estrutura social, além de desmembrar e desestabilizar famílias. A segurança pública tem se tornado um aspecto preocupante, principalmente, devido ao aumento da violência em muitas cidades brasileiras.

As mortes causadas por homicídios são um dos principais indicadores da violência social, que, por sua vez, está relacionada com o constante aumento da desigualdade social e econômica que se espalha pelo País (Costa *et al.*, 2015, p. 3). A taxa de homicídios também demonstra a desigualdade entre a população negra e a branca.

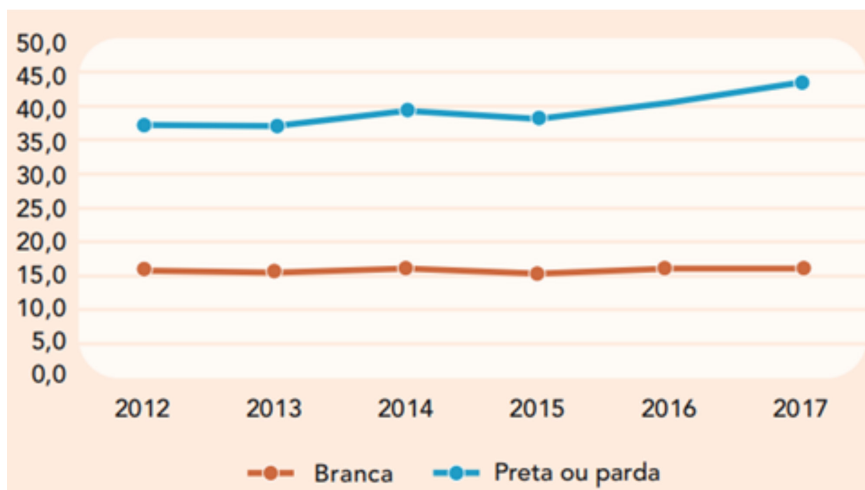
De acordo com o IBGE (2019), no Brasil, a taxa de homicídio de brancos por 100 mil residentes em 2017 foi de 16,0, e a taxa de homicídio de pretos ou pardos foi de 43,4. Em outras palavras, pessoas negras ou pardas têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de um homicídio do que pessoas brancas. A sequência histórica também mostra que, embora a proporção da população branca tenha permanecido estável de 2012 a 2017, a taxa de homicídios da população negra aumentou de 37,2 para 43,4 durante esse período. Isso representa cerca de 255 mil mortes por homicídio registradas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

O IBGE (2019, p. 9) afirma que:

Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica, em especial quando essas taxas atingem com mais intensidade a população jovem, como evidenciado no último relatório da Geneva Declaration on Armed Violence and Development, também conhecido como GBAV 2015.

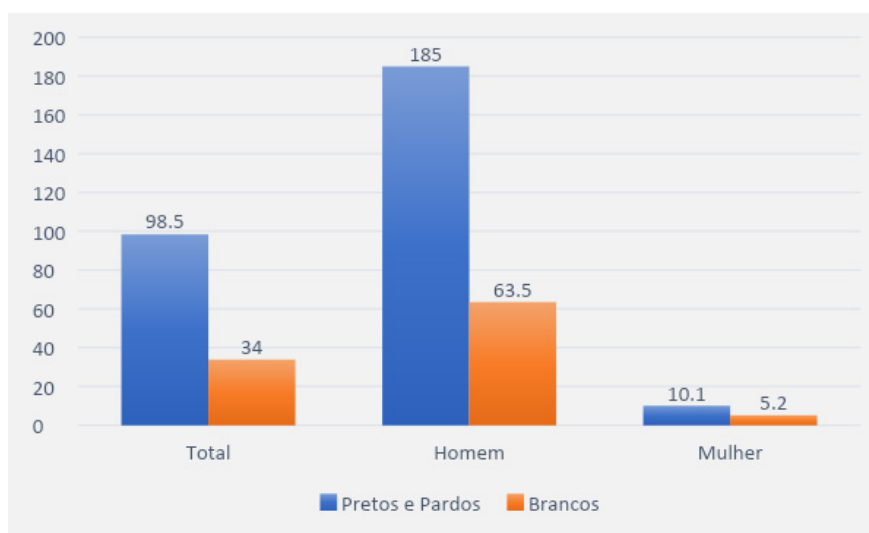
A taxa de homicídios da população preta ou parda superou a da população branca em todos os grupos etários. Neste indicador destacamos a violência letal a que jovens de 15 a 29 anos de cor ou raça preta ou parda são submetidos: em 2017, a taxa de homicídios desse grupo chegou a 98,5, contra 34,0 entre brancos. Se considerarmos essa análise por sexo, essa taxa chegou a atingir 185,0 entre jovens negros do sexo masculino (IBGE, 2019).

**Figura 7** – Brasil: Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes), 2019



Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

**Gráfico 5** – Brasil: Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos (por 100 mil jovens) 2019



Fonte: IBGE, 2019. Adaptação: Silva, 2021.

Esse tipo de violência possui características particulares que se relacionam, em sua grande parte, com a projeção das relações de poder em um determinado espaço. Nesse sentido, devemos lembrar a importância da discussão sobre território, que segundo Souza (2001, p. 78) trata-se de “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e “as relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território”. Portanto, o que está em questão na formação de um espaço é “[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço” (Santos, 2015, p. 57).

O território estabelecido pelo tráfico de drogas, por exemplo, está entre os que mais causam mortes violentas no Brasil; isso se deve ao “controle e delimitação do espaço realizada pelos traficantes, com vistas à manutenção da prática criminosa” (Santos, 2015, p. 58). O homicídio passa a ser, nesse caso, uma forma de resolver conflitos entre grupos e indivíduos. Francisco Filho (2004) destaca que:

Os indivíduos lutam para manter seu território e sua posição de bem-estar, os grupos lutam para manter seu status quo, seu território e garantir sua sobrevivência. Afirma-se, portanto, que a violência se expressa territorialmente de duas formas: em ações isoladas, não articuladas e destituídas de disputa territorial e em ações organizadas, cujo território exerce um papel essencial tanto como substrato para a ação criminosa quanto como um local seguro, longe da ação da lei. (Francisco Filho, 2004, p. 22).

A promoção de políticas de inclusão da população negra está relacionada com uma série de fatores e o principal deles é a representação política, pois é por meio desses representantes que é possível fazer um planejamento e também a tomada de decisões. Desse modo, a representação política se torna um dado importante na análise das desigualdades.

Dentro dos dados mais recentes que temos do Brasil, ainda há uma sub-representatividade de pretos e pardos em cargos políticos. Mesmo constituindo mais da metade da população, esse grupo representava somente 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e 42,1% dos vereadores eleitos em 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades raciais apresentadas neste trabalho estão relacionadas com os vários fatores históricos que produziram um grande abismo entre negros e brancos. É possível identificar que a população de cor ou raça preta ou parda possui uma grande desvantagem social em relação à população branca.

Após a abolição da escravidão, embora nenhuma forma de segregação por via de lei tenha sido imposta, os ex-escravizados tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente.

A ideia de cidadania não tinha validade para os negros porque eles não tinham os mesmos direitos garantidos pelos brancos. Logo após o fim da escravidão, os negros não tinham direito a voto, muito menos a serem eleitos, e não tinham acesso a uma educação formal; desse modo, eles não tiveram ascensão social e econômica.

A liberdade dos ex-escravizados não significa acesso às instituições políticas e aos direitos civis e sociais. Em muitos casos, eles permaneceram na mesma terra e começaram a negociar as condições de trabalho e os direitos de uso da terra agora como trabalhadores livres. Existem muitos conflitos entre ex-senhores e ex-escravizados. As autoridades também estavam preocupadas com o caos social dessa situação, incluindo o barulho das ruas e ameaças à produção econômica. Quando a “Lei Áurea” foi assinada, o trabalho escravo ainda tinha um papel decisivo na economia brasileira.

Por meio dos indicadores apresentados nesta pesquisa, é possível perceber que a população negra (população de cor ou raça preta e parda) possui severas desvantagens em relação à população branca no que diz respeito a trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política. Desse

modo, nota-se que o Brasil ainda precisa percorrer um caminho longo para superar as desigualdades raciais.

Este artigo apresenta algumas das principais discussões sobre segregação, bem como as desigualdades raciais no Brasil. Este trabalho tem como intuito demonstrar a correlação entre cidade, segregação socioespacial, raça e as disparidades sociais que há entre negros e brancos. Foi possível, por meio de revisão bibliográfica e análise dos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perceber o abismo entre negros e brancos em vários aspectos, como renda, escolaridade, participação política, etc.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro nos dois anos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador/Brasília: CEAO-UFBA/Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALVAREZ, I. P. **A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano**. In: VASCONCELOS, P. De A; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: contexto, 2013, p. 11-126.

ANDRADE, Vanessa de Araújo. **A reforma Pereira Passos, a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais**. *Mosaico*, v. 9, n. 15, p. 86-104, 2018.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. **A geografia do Brasil africano**, o Congo e a Bélgica – Uma aproximação. In: *Revista Tempo – Técnica – Território*, v. 1, n. 3 (2010), p. 1:24.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. Rafael Sanzio Araújo dos. **Territórios Invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões sócio-espaciais nos terreiros religiosos**. In: REGO, Nelson; KOZEL, Salete; AZEVEDO, Ana Francisca (org.). *Narrativas Geografias e Cartografias: para viver, é preciso espaço e tempo*. Porto Alegre: Compasso Lugar/Cultura; IGeo/UFRGS, 2020. v. 1, p. 39-64. DOI: 10.29327/519558.1-4. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212906>. Acesso em: 6 out. 2020.

ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Fevereiro 2005, 159p. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2005.

AZEVEDO, André Nunes; PIO, Leopoldo Guilherme. **Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016**. *Revista Tempo e Argumento*, v. 8, n. 19, p. 185-208, 2016.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. **O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas (Juiz de Fora 1888-1830)**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma História do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro, 1988. Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional de 09 de maio a 30 de junho de 1988. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_ikonografia/icon1104317/icon1104317.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_ikonografia/icon1104317/icon1104317.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e Periferia: A longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume, 2006.



CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista**. Crise urbana, v. 1, p. 25-36, 2015.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014)**. *Educar em Revista*, v. 34, p. 211-230, 2018.

CHAGAS, Nabor Mauricio Oliveira; TATUQUARA, Colégio Estadual Tatuquara–Bairro. Título: **O estudo da cultura africana no ensino da matemática através da utilização de jogos africanos de tabuleiro**. 2016. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_mat\\_ufpr\\_nabormauriciooliveirachagas.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_mat_ufpr_nabormauriciooliveirachagas.pdf). Acesso em: 1 mar. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: UNICAMP, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed., São Paulo: Editora Ática, 1995.

FERREIRA, Sérgio Guimarães; VELOSO, Fernando A. **Mobilidade intergeracional de educação no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 33, n. 3, p. 481-513, 2003.

FOGUEL, Israel. **A Presença do Negro em Nossa História**. Clube de Autores, 2019.

COSTA, Arthur Trindade M. A (in) efetividade da justiça criminal brasileira Uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 15, p. 11-26, 2015.

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz. Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento. 2004. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Dossiê de Candidatura da Serra da Barriga, Parte Mais Alcantilada** – Quilombo dos Palmares a Patrimônio Cultural do MERCOSUL / Candice dos Santos Ballester ... [et al.] ; Marcelo Brito, coordenador; Candice dos Santos Ballester, Greciene Lopes dos Santos, organizadoras; Aruã Lima [et al.], colaboradores; Fidelity Translations LTDA, tradutor. – São Carlos: Editora Cubo, 2017.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 2. edição. Editora Ática. São Paulo, Brasil. 1988.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento): 57-65, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 30 fev. 2021.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

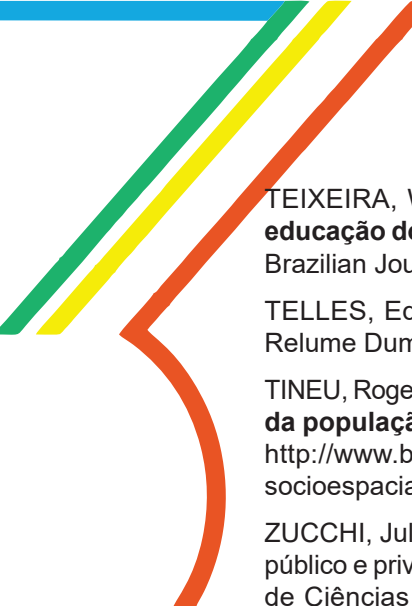
MARQUES, Eduardo. **Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado**. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.

MASTEN, Ann; GARMEZY, Norman. **Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology**. In B. Lahey & A. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (p. 1-52). New York: Plenum Press, 1985.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos. **Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade / Mariana Aparecida dos Santos Panta**. – Marília, 298 f., 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157155>. Acesso em: 6 out. 2021.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2008.

SANTOS, Marcia Andréia Ferreira. **O território Geográfico como perspectiva de análise da criminalidade violenta**. *Revista Geografares*, p. 55-64, 2015.



TEIXEIRA, Wladimir Machado; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Estimando o retorno à educação do Brasil considerando a legislação educacional brasileira como um instrumento.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 32, n. 3, p. 479-496, 2012.

TELLES, Edward E. **Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TINEU, Rogerio; BORGES, Christina Maria de Marchiori. **Desigualdade e segregação socioespacial da população negra na cidade de São Paulo.** Revista Belas Artes, n. 22, 2016. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/22/desigualdade-e-segregacao-socioespacial-da-populacao-negra-na-cidade-de-sao-paulo.pdf> . Acesso em: 5 jan. 2022.

ZUCCHI, Juliana Domingues. Desigualdade de rendimentos entre brancos e negros nos setores público e privado. 2006. 117 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90036> Acesso em: 6 out. 2021.

## SOBRE A AUTORA

**ANTÔNIA MARIA NASCIMENTO SILVA** – Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ), Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com habilitação em Análise Ambiental. Coursou por meio de mobilidade acadêmica o curso de Ciência Política na Pontifícia Universidad Javeriana, localizada na cidade de Cali (Colômbia). Trabalhou no campo de SHE (Saúde, Segurança e Meio Ambiente) na multinacional Louis Dreyfus Company. Possui experiência com ensino e alfabetização. Faz parte da comissão de Eventos na instituição sem fins lucrativos CREA Goiás Jovem (Núcleo Jataí). Atualmente faz Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ) e é membro do Laboratório de Geografia Urbana e da Saúde da UFJ. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Meio Ambiente, Geografia Urbana, Geografia da Saúde e estudos étnicos raciais.

E-mail: [antonia.nasc@ufj.edu.br](mailto:antonia.nasc@ufj.edu.br)

**MARIA JOSÉ RODRIGUES** – Possui graduação em Geografia (2003), mestrado (2007) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2013). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmica do espaço urbano, violência urbana e políticas públicas.

E-mail: [mariarodriguesgeo@gmail.com](mailto:mariarodriguesgeo@gmail.com)

